

## TRÊS HISTÓRIAS

Silvio Artur Dias da SILVA<sup>1</sup>

Formei-me em 1.975, na “Turma Padre Narciso José Vieira Ehrenberg”, com Carlinhos Queiroz<sup>2</sup>, Minatel<sup>3</sup>, Fernando Mendonça<sup>4</sup>, William Campagnone<sup>5</sup>, Toninho Sampaio<sup>6</sup>, Chico Português<sup>7</sup> [estes eram os nomes pelos quais nós nos tratávamos] e outros. Nossos professores, dentre os que nos deixaram mais lembranças, foram Milton Segurado, Zalmino Zimmerman, Heitor Regina, Domingos Franciulli Netto e Álvaro Cury. Porque uma turma com nome de um padre? Certo que se trata de uma universidade católica [aliás, passou a ser pontifícia durante o nosso curso e foi preciso uma votação em classe para decidir se em nossos diplomas seria escrito “Pontifícia Universidade Católica de Campinas” ou apenas “Universidade Católica de Campinas”: por nossa decisão, foi escrito “Pontifícia”, com muito orgulho], e o Padre Narciso foi nosso professor num cursinho preparatório [se a minha memória não estiver falhando] ao vestibular [duríssimo, por sinal, sem questões de múltipla escolha: eram dissertações e provas orais de quatro disciplinas; lembro que na prova escrita de Inglês nos foi pedido que comentássemos, em inglês obviamente, um livro que tivesse lido: eu comentei “Cold blood”, de Truman Capote, que havia me impressionado muito], patrocinado pelo próprio DA [era assim que se chamava o hoje CA, por imposição do regime militar]. Vários de nós fomos alunos do Padre Narciso no cursinho. Quando cursávamos o 5º ano, ele foi morto em um assalto em sua casa, que era uma chácara no bairro João Aranha [local em que meu pai também possuía uma chácara], na cidade de

Paulínia. Eu trabalhava nessa época como escrevente na 3ª Vara Criminal da comarca de Campinas, cujo Juiz Titular era o Dr. Wladimir Valler, professor de Direito Processual Penal na faculdade, e para ali foi distribuído o processo: crime de latrocínio. O assumido autor da morte do padre era um menor de idade [óbvio que do crime participaram maiores], na época com 16 ou 17 anos, de vulgo “Cafuringa”. Lembro de sua oitiva pelo Dr. Wladimir Valler, oportunidade em que ele narrou que, para tornar a ameaça mais eficaz, começou a bater com a arma de fogo que portava no peito da vítima [que, segundo ele, não sabia que era padre, pois estava sem batina], mas que não teve a intenção de matá-lo: por estar engatilhada, a arma disparou acidentalmente, matando-o. Como não havia ainda FEBEM e sim RPM [Recolhimento Provisório de Menores], “Cafuringa” foi para ali encaminhado. Ele é o pai não assumido em certidão de nascimento de Wanderson Nilton de Paula Lima, vulgo “Andinho”.

Tão logo colamos grau [a colação não-oficial era em dezembro e a oficial, sem nenhuma pompa, era logo em janeiro], fui convidado, no mês abril, quando eu ainda era escrevente de cartório criminal, pelo nosso ex-professor de Direito Penal, Álvaro Cury, na época o mais famoso — e melhor — criminalista de Campinas, para trabalhar com ele em algumas causas e ser seu assistente na Faculdade. Imediatamente aceitei. Era o ano de 1.976. Iniciei-me na advocacia e no magistério e conheci uma aluna: começamos

<sup>(1)</sup> Professor de Direito Penal da Faculdade de Direito da PUC-Campinas e procurador do Estado de S. Paulo.

<sup>(2)</sup> Carlos Alberto Queiroz Filho, Delegado de Polícia.

<sup>(3)</sup> José Antonio Minatel, Professor de Direito Tributário.

<sup>(4)</sup> Fernando Antonio mendonça de Barros, Procurador municipal aposentado.

<sup>(5)</sup> Cartório Campagnone.

<sup>(6)</sup> Antonio de Almeida Sampaio, Desembargador, ex-Professor de Direito Civil.

<sup>(7)</sup> Francisco Fernandes de Araújo, “juiz poeta”.

a namorar [casamo-nos e já dura 28 anos] e pedi afastamento. Em 1.977 fui convidado pelo Dr. Álvaro Cury para retornar e aceitei. Em 1.979 afastei-me novamente, dizendo a ele que estava convencido definitivamente que não tinha nascido para ser professor. Ele, não acreditando nisso, em 1.983 convidou-me para retornar. Aceitei, assinei contrato de trabalho e permaneço até hoje, graças, portanto, quase que unicamente à insistência desse meu ex-professor.

Com a primeira gravidez de minha mulher, resolvi prestar concurso para Procurador do Estado. A meu juízo, as atividades desse cargo estavam resumidas à assistência judiciária criminal aos necessitados. Constatei que não era bem assim: fui logo classificado na área do contencioso, atuando em execuções fiscais. No dia em que nasceu minha filha, 19 de dezembro de 1.978, fui a São Paulo fazer a inscrição [era o penúltimo dia do prazo] para o concurso. A primeira fase, escrita, seria realizada num sábado de janeiro, num colégio estadual no bairro de Pinheiros, São Paulo. Como meu pai possuía um pequeno apartamento no centro de São Paulo [rua Paissandu, 35], segundo meus planos, eu sairia de Campinas na véspera e pernoitaria ali. Tudo

preparado para sair de casa, chegou uma visita inesperada, que viera conhecer minha filha: Chico Português, colega de turma, mulher e filhos. A visita durou até por volta de meia-noite e o último ônibus para São Paulo saía meia-noite e meia. Fui à rodoviária de táxi e consegui apanhar o último ônibus. A rodoviária de São Paulo era no centro da cidade, na avenida Duque de Caxias, próxima ao apartamento. Fui a pé. Na porta do prédio [quase 2 horas da madrugada], ao procurar em meus bolsos a chave, constatei que a tinha esquecido. Interfonei ao zelador pedindo a reserva e ele informou-me que ela havia sido recolhida por meu pai semanas antes. Sem ter levado talão de cheque ou mais dinheiro, a solução foi permanecer sentado em um banco no Largo do Paissandu, defronte a uma banca de jornal que ficava aberta 24 horas, até por volta de 6,30 da manhã, quando, então, apanhei um ônibus para ir ao local da prova. Prestei essa e as outras fases e logrei aprovação. Desde 1.979 sou Procurador do Estado.

São três histórias que retratam parte de minha passagem pela Faculdade de Direito da PUCCamp, como aluno e como Professor.



